

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO ENSINO FUNDAMENTAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Jamilton Costa Pereira¹
Valquiria Melo Souza Correia²

RESUMO

Considerando a necessidade de compreender as práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os desafios na implementação de uma educação inclusiva eficaz, objetivou-se identificar na literatura científica nacional as práticas do Atendimento Educacional Especializado no ensino fundamental. Para tanto, procedeu-se a uma revisão integrativa da literatura, analisando 72 artigos publicados entre 2013 e 2023, dos quais 12 foram incluídos na análise final. Desse modo, observou-se que práticas como o AEE Colaborativo, o uso de Realidade Aumentada, a adaptação de materiais didáticos e a integração de atividades artísticas, quando bem implementadas, têm o potencial de transformar a experiência educacional desses alunos, promovendo não apenas a inclusão, mas também o desenvolvimento integral, embora desafios como a falta de formação continuada dos professores e a escassez de recursos pedagógicos ainda comprometam a efetividade dessas práticas. Conclui-se que a revisão e o aprimoramento das políticas públicas são essenciais para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado. Ensino Fundamental. Revisão Integrativa.

ABSTRACT

Considering the need to understand the practices of Specialized Educational Assistance (SEA) and the challenges in implementing effective inclusive education, this study aimed to identify in the national scientific literature the practices of Specialized Educational Assistance in elementary education. To this end, an integrative literature review was conducted, analyzing 72 articles published between 2013 and 2023, of which 12 were included in the final analysis. It was observed that practices such as Collaborative SEA, the use of Augmented Reality, the adaptation of teaching materials, and the integration of artistic activities, when well-implemented, have the potential to transform the educational experience of these students, promoting not only inclusion but also integral development. However, challenges such as the lack of continuous teacher training and the scarcity of educational resources still compromise the effectiveness of these practices. It is concluded that the revision and improvement of public policies are essential to ensure quality and inclusive education for all students.

Keywords: Inclusive Education. Specialized Educational Assistance. Elementary Education. Integrative Review.

¹ Pós-graduando em Atendimento Educacional Especializado - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). jamilton.costapereira@gmail.com.

² Profa. Orientadora - Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Doutora em Engenharia Civil (Recursos Hídricos) - Universidade Federal do Ceará (UFC).

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um conceito fundamental no desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil, refletindo um compromisso com a garantia do direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Este conceito é embasado por marcos legais importantes, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, que asseguram a inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino. Na prática, a Educação Inclusiva visa criar ambientes educacionais que promovam a igualdade de oportunidades e a participação de todos os alunos, considerando as diversidades e necessidades específicas de cada um.

Dentro desse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) se destaca como uma ação imprescindível para garantir o sucesso da Educação Inclusiva. O AEE é um conjunto de serviços e recursos pedagógicos voltados para atender às necessidades específicas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Conforme autores como Mantoan (2003) e Sassaki (1997), o AEE tem como principal objetivo proporcionar suporte para que esses alunos possam participar e progredir na educação regular. A sala de recursos multifuncional (SEM), um dos espaços onde o AEE é oferecido no ensino fundamental, desempenha um papel central ao disponibilizar materiais e estratégias que complementam o processo de aprendizagem desses estudantes.

As práticas do AEE no ensino fundamental envolvem uma série de atividades adaptadas às necessidades individuais dos alunos, incluindo a elaboração de materiais didáticos acessíveis, o uso de tecnologias assistivas e a implementação de metodologias diferenciadas. No entanto, apesar dos avanços, a implementação efetiva dessas práticas enfrenta desafios significativos, como a falta de formação adequada dos professores e a escassez de recursos pedagógicos. Estudos como os de Glat e Pletsch (2010) e Bueno (2006) apontam que, para superar essas barreiras, é fundamental que as práticas do AEE sejam continuamente avaliadas e aperfeiçoadas, de modo a garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Diante desse cenário, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: "Quais são as práticas de AEE em contextos de Educação Inclusiva no ensino fundamental?" A definição clara deste problema de pesquisa é essencial para orientar a investigação e explorar as práticas pedagógicas que realmente promovem a inclusão e o desenvolvimento dos alunos no ambiente escolar. Através de uma análise detalhada, espera-se identificar os fatores que

contribuem para a efetividade do AEE e propor estratégias que possam ser replicadas em diferentes contextos educacionais.

O objetivo geral desta pesquisa é identificar na literatura científica nacional as práticas de AEE no ensino fundamental, analisando aquelas que se mostram mais eficazes em promover a inclusão e o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Com isso, pretende-se contribuir para os estudos da construção de um modelo de educação inclusiva que seja realmente acessível e equitativo, garantindo que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal.

2 METODOLOGIA

A revisão integrativa da literatura é um método de pesquisa que visa sintetizar, de forma abrangente, o conhecimento existente sobre um tema específico, permitindo a inclusão de estudos com diferentes abordagens metodológicas, como qualitativas, quantitativas e estudos mistos. A revisão integrativa envolve a seleção criteriosa de artigos, a análise crítica e a síntese das informações, com o objetivo de identificar lacunas no conhecimento, consolidar evidências e sugerir direções para futuras pesquisas (Souza, Silva e Carvalho, 2010).

A condução desta pesquisa seguiu o protocolo de Botelho, Cunha e Macedo (2011), que abrange seis etapas fundamentais: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; identificação, pré-seleção e seleção dos estudos; categorização dos estudos; análise e interpretação dos resultados; e, por fim, a apresentação da síntese do conhecimento.

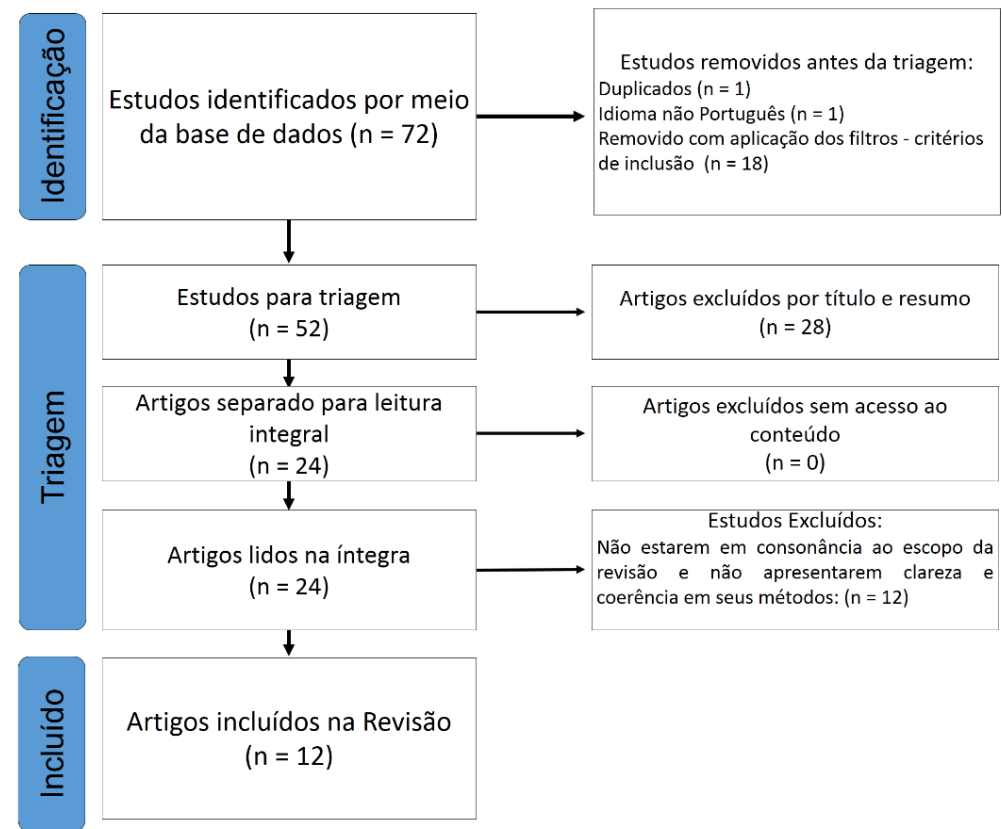
As discussões e o objetivo desta pesquisa foram definidos a partir da seguinte questão norteadora: "Quais são as práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em contextos de educação inclusiva no ensino fundamental?".

Para conduzir a revisão integrativa sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), foram estabelecidos critérios para selecionar os estudos incluídos. Os critérios de inclusão garantem a relevância e a atualidade da literatura revisada. Foram considerados apenas estudos publicados nos últimos 10 anos, entre 2013 e 2023, assegurando que as informações analisadas estejam alinhadas com o cenário atual do tema. Além disso, foram selecionados somente artigos publicados em português, facilitando a análise e interpretação dentro do contexto linguístico e cultural relevante. Tanto pesquisas empíricas quanto revisões teóricas foram incluídas, permitindo uma compreensão abrangente e crítica do tema.

Por outro lado, foram definidos critérios de exclusão para garantir a qualidade e a relevância dos estudos. Foram descartados estudos que não abordam diretamente o AEE, mantendo o foco na temática central. Também foram excluídos teses, dissertações, monografias, manuais, editoriais, livros, capítulos de livros, cartas, apostilas, artigos de opinião, resumos, resenhas e artigos de revisão de literatura, uma vez que esses documentos não são adequados para a revisão integrativa que se concentra em artigos científicos revisados por pares.

A busca e seleção dos estudos foram realizadas na base de dados acadêmica *Scielo*, uma plataforma reconhecida pela qualidade dos artigos científicos. Foi utilizado o descritor específico: "Atendimento Educacional Especializado", para encontrar estudos diretamente relacionados ao tema de interesse. A metodologia adotada visa proporcionar uma revisão abrangente e criteriosa da literatura sobre o AEE, contribuindo para uma compreensão atualizada e aprofundada do assunto.

Figura 1 - Diagrama baseado no PRISMA 2020 para revisões sistemáticas.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

O fluxograma (Figura 1) descreve o processo de seleção de estudos para uma revisão integrativa. Inicialmente, 72 estudos foram identificados em bases de dados, mas 20 foram removidos antes da triagem devido a duplicações, idioma inadequado, ou por não atenderem

aos critérios de inclusão. Dos 52 estudos restantes, 28 foram excluídos com base no título e resumo, levando à leitura integral de 24 artigos. Desses, 12 foram excluídos por não estarem em consonância com o escopo da revisão ou por apresentarem métodos pouco claros e coerentes. Assim, 12 estudos foram considerados adequados e incluídos na revisão final, com todos os artigos acessados para avaliação integral.

Os artigos incluídos na pesquisa foram analisados em suas discussões com base no método da Técnica Interpretativa proposta por Severino (2018), que permite uma compreensão profunda e crítica dos textos. Durante a análise, foi realizada uma interpretação contextualizada, levando em consideração os aspectos culturais, sociais e históricos dos textos, bem como os pressupostos teóricos, filosóficos e ideológicos que fundamentam as posições dos autores. Essa abordagem também envolveu a associação das ideias apresentadas com outras teorias relevantes, e a análise crítica dos discursos levou em conta a coerência interna dos argumentos, sua validade, a originalidade no tratamento dos problemas, a profundidade da análise, e o alcance das conclusões, além de incluir um juízo pessoal sobre as ideias defendidas. Assim, garante que a síntese final refletisse de forma coerente e fundamentada as contribuições mais significativas para a temática do Atendimento Educacional Especializado.

3 RESULTADO

As práticas realizadas pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino fundamental demonstram como ações e métodos podem servir como impulsionadores da inclusão e participação de todos os alunos no ambiente escolar. A revisão de literatura, abrangendo o período de 2013 a 2023 e apresentada no Quadro 1, explora os resultados de 12 estudos, evidenciando como essas práticas podem fortalecer a inclusão educacional e promover uma educação equitativa para todos os estudantes no contexto do ensino fundamental.

Quadro 1 - Matriz da Revisão Integrativa da Literatura sobre AEE

	Título	Autor	Objetivo	Resultado	Práticas em AEE
1	Atendimento Educacional Especializado em escolas de tempo integral	Silva & Mendes (2023)	Descrever e analisar como os professores encenavam as políticas educacionais, especialmente no que concerne à oferta de AEE, nos contextos de	Em escolas de tempo integral, o AEE, que tradicionalmente ocorre no contraturno, enfrenta desafios devido ao tempo de permanência dos estudantes na escola. Isso levou ao desenvolvimento de práticas alternativas, como o AEE Colaborativo,	- AEE Colaborativo, que envolve a atuação conjunta do professor especializado com os professores do ensino comum

			escolas de tempo integral.	onde o atendimento é integrado ao currículo regular e ocorre em parceria com os professores do ensino comum.	dentro do horário escolar regular.
2	Realidade aumentada e alfabetização: um estudo exploratório no ensino regular e no atendimento educacional especializado	Seling <i>et al.</i> (2023)	Investigar o interesse dos alunos por uma história contada com realidade aumentada e suas contribuições para a alfabetização no ensino regular e no atendimento educacional especializado	O uso da realidade aumentada auxilia os professores ao proporcionar aulas mais interativas e desperta o interesse dos alunos pelos conteúdos escolares, além de estimular a leitura. Especificamente, a RA foi considerada uma ferramenta que facilita a compreensão de conceitos e promove o engajamento dos estudantes, tanto no ensino regular quanto no AEE. No caso dos alunos do AEE, a RA também contribuiu para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e motoras.	- <i>Realidade Aumentada (RA)</i> como recurso inclusivo: Promove a interação dos alunos com deficiência, auxiliando na superação de barreiras educacionais. - <i>Complemento na formação</i> : A RA é utilizada para complementar a educação de alunos com deficiências, proporcionando uma aprendizagem mais interativa.
3	Interação entre Educação Especial e Ensino Regular: ações pedagógicas a estudantes cegos	Mamcasz-Viginheski, Alvaristo & Shimazaki (2023)	Analisar as ações pedagógicas realizadas no ensino de Matemática a estudantes cegos a partir da interação entre a Educação Especial e o Ensino Regular.	As interações entre a Educação Especial e o Ensino Regular têm um impacto significativo na expansão das ações de ensino e aprendizagem da Matemática para estudantes com deficiência visual. Esse processo articula e complementa o trabalho pedagógico em ambas as áreas, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. Além disso, a colaboração entre os professores facilita a aprendizagem e promove mudanças conceituais sobre as possibilidades de ensino para pessoas com deficiência, ampliando as pesquisas e estudos em educação inclusiva. No entanto, essa interação também apresenta desafios, como a necessidade de uma formação docente mais consistente e a adaptação tempestiva de materiais didáticos, o que é essencial para garantir a eficácia desse processo inclusivo.	- <i>Formação sobre a Deficiência Visual</i> : Treinamentos específicos oferecidos aos professores do Ensino Regular sobre a deficiência visual, recursos pedagógicos adaptados, e o uso de tecnologia assistiva. - <i>Atendimentos Individualizados</i> : Orientações personalizadas aos professores de Matemática sobre o uso de materiais específicos, como o soroban e o código braille, além de adaptações necessárias para a avaliação dos estudantes cegos. - <i>Adaptações de Materiais</i> : Elaboração de materiais didáticos adaptados para o ensino de Matemática, como

					diagramas de Venn em braille, planos cartesianos em relevo e outros recursos que utilizam texturas e materiais táteis para facilitar a aprendizagem dos estudantes cegos.
4	O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM	Santos <i>et al.</i> (2021)	Caracterizar a organização e o funcionamento do atendimento educacional especializado (AEE), realizado nas salas de recursos multifuncionais (SRM), visando ao atendimento dos educandos com autismo na rede municipal de Manaus.	O processo de inclusão dos educandos com autismo, por meio do AEE, perpassa pela organização e funcionamento das SRM. Foi constatado que, apesar da existência de políticas públicas de educação inclusiva, ainda há desafios significativos a serem superados, como a exigência de laudo clínico para o encaminhamento dos alunos e a necessidade de formação específica e contínua dos professores que atuam no AEE.	- <i>Encaminhamento:</i> Alunos são encaminhados para o AEE após observações dos professores e, frequentemente, uma avaliação multidisciplinar no CMEE. - <i>Atividades Desenvolvidas:</i> O AEE atende alunos em pequenos grupos, no contraturno, com atividades que utilizam recursos pedagógicos, como jogos no computador, especialmente para alunos com autismo. - <i>Desafios:</i> Professores destacam a falta de manutenção e atualização dos materiais e recursos disponíveis. - <i>Parcerias:</i> A articulação entre professores do AEE e das salas comuns é limitada e ocorre principalmente por meio de conversas informais, sem planejamento pedagógico integrado.
5	Atendimento Educacional Especializado envolvendo alunos com deficiência visual na educação física escolar	Walter, Harnisch & Borella (2020)	Verificar o efeito da prática do Atendimento Educacional Especializado (AEE) visando à aprendizagem dos conteúdos da	Houve uma progressão no aprendizado dos alunos com deficiência visual em relação aos conteúdos de Educação Física abordados no AEE. Contudo, foi constatado que os alunos não participam de todas as aulas de Educação Física	- <i>Métodos Utilizados:</i> Uso de maquetes táteis para compreensão das quadras esportivas e feedback constante. - <i>Atividades Físicas Adaptadas:</i> Atividades

			disciplina de Educação Física em alunos com deficiência visual.	no ensino regular, e que a função do AEE ainda é desconhecida pelos professores de Educação Física investigados. Em consequência, mesmo com os benefícios notados, os conhecimentos da disciplina de Educação Física ainda são, na prática, excluídos dos alunos com deficiência visual por meio do AEE.	ajustadas às limitações dos alunos, realizadas individualmente ou em pequenos grupos. - <i>Objetivo:</i> Focar não apenas na execução dos movimentos, mas também no entendimento e na apreciação das modalidades esportivas.
6	Jogos Digitais e Aprimoramento do Controle Inibitório: um Estudo com Crianças do Atendimento Educacional Especializado	Ramos & Garcia (2019)	Avaliar as contribuições do uso dos jogos digitais como estratégia complementar no AEE, voltado a crianças que foram identificadas pelas professoras como tendo dificuldades no desempenho do controle inibitório.	O grupo participante, que utilizou os jogos digitais, apresentou uma melhora superior em comparação ao grupo controle, que não participou das intervenções. Nas atividades lúdicas, as crianças do grupo participante mostraram maior assertividade, controle das ações e desempenho. Nos testes psicológicos, observou-se uma melhoria no desempenho em quatro dos cinco testes aplicados ao comparar as intervenções pré e pós. Conclui-se que os jogos digitais podem ser recursos alternativos às intervenções que ocorrem no AEE para aprimorar as funções executivas e melhorar as condições para aprendizagem no contexto escolar.	- <i>Uso de Jogos Digitais:</i> Jogos digitais foram utilizados no AEE para aprimorar funções executivas, como o controle inibitório. - <i>Intervenção Escolar e Domiciliar:</i> A intervenção ocorreu tanto na escola quanto em casa, com a participação dos pais. - <i>Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas:</i> Os jogos foram usados como ferramentas para desenvolver habilidades cognitivas essenciais para a aprendizagem.
7	Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado	Pinto & Amaral (2019)	Discutir a atuação docente na promoção de uma educação escolar que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com deficiência que estudam em escolas comuns, repensando as práticas pedagógicas desenvolvidas no Atendimento Educacional	As práticas pedagógicas das professoras acompanhadas durante o estudo foram significativamente modificadas ao longo do projeto. Inicialmente focadas em treinos de habilidades motoras e de memorização, as práticas evoluíram para incluir conteúdos escolares mais complexos e significativos, como meios de transporte, regras de trânsito, e histórias literárias, o que resultou em maior engajamento e progresso	- <i>Integração de Conteúdos:</i> Atividades pedagógicas no AEE foram planejadas para integrar os conteúdos da sala de aula comum com os objetivos específicos do AEE. - <i>Métodos Utilizados:</i> Uso de jogos e brincadeiras para ensinar conceitos científicos e alfabetização, evitando atividades

			Especializado (AEE).	dos alunos, especialmente na leitura e escrita.	fragmentadas e mecânicas. - <i>Colaboração:</i> Enfatizada a importância do trabalho colaborativo entre professores do AEE e da sala de aula comum.
8	Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico.	Seabra Junior & Lacerda (2018)	Analisar as contingências pelas quais o professor do AEE está submetido ao realizar o desenvolvimento e aplicação dos recursos pedagógicos necessários aos estudantes da SRM.	Os professores seguem as etapas propostas em um fluxograma específico para o desenvolvimento de recursos de tecnologia assistiva, mas também manifestam preocupações adicionais, como o trabalho colaborativo, a "invisibilidade" dos recursos de tecnologia assistiva, o entendimento contínuo do universo dos alunos, e, principalmente, o acompanhamento do uso dos recursos no ambiente escolar. Essas ações mostram uma convergência entre o conhecimento teórico, a prática e a contextualização com a realidade.	- <i>Avaliação Contínua:</i> Realização de avaliações contínuas das necessidades dos alunos no AEE. - <i>Adaptação de Recursos Pedagógicos:</i> Confecção e adaptação de recursos pedagógicos conforme as especificidades dos estudantes. - <i>Trabalho Colaborativo:</i> Colaboração entre professores do AEE e da sala regular. - <i>Monitorização de Recursos:</i> Monitoramento constante do uso dos recursos pedagógicos pelos alunos. - <i>Integração de Tecnologia Assistiva:</i> Esforço para tornar os recursos de tecnologia assistiva "invisíveis" na sala de aula, evitando estigmatização dos estudantes.
9	Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar	Neves (2017)	Propor uma discussão acerca das contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado, direcionado ao público-alvo da Educação Especial na	As práticas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), quando integradas com atividades artísticas, mostraram resultados positivos no desenvolvimento cognitivo e inclusão social de alunos com deficiências intelectuais. Em experiências realizadas em	- <i>Atividades Artísticas no AEE:</i> Utilização de atividades artísticas como complemento ao currículo escolar para desenvolver a autonomia e independência dos alunos.

			perspectiva da Educação Inclusiva.	ONGs e instituições educacionais, observou-se que a arte ajudou a melhorar a percepção corporal, a expressão criativa, e promoveu maior interação entre alunos com e sem deficiências. Esses resultados indicam que a arte pode servir como um importante complemento ao currículo, contribuindo significativamente para a construção de conhecimentos e para o processo inclusivo, embora sua eficácia dependa de recursos e infraestrutura adequados.	- <i>Estímulo à Cognição Imaginativa:</i> Uso da Arte para estimular a imaginação, superar deficiências intelectuais e valorizar a produção singular dos alunos em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). - <i>Tipos de Atividades Artísticas:</i> Incluíram desenho, pintura (tinta a óleo, acrílica e guache), modelagem e confecção de bijuterias. - <i>Oficinas Inclusivas:</i> Alunos com e sem deficiências participaram juntos de oficinas de Dança, Música, Teatro e Artes Visuais, com atividades como expressão corporal, coreografias de dança contemporânea, autorretratos e apresentações musicais. - <i>Visitas Culturais:</i> Participação em visitas a museus, galerias, espaços públicos e em espetáculos cênicos e musicais.
10	Aspectos da organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado: Um estudo em larga escala	Pasian, Mendes & Cia (2017)	Conhecer a opinião dos professores de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) sobre a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Os resultados apontam importantes desafios na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Primeiramente, há dificuldades em realizar o atendimento no horário contrário ao da sala de aula comum, o que limita a frequência de muitos alunos ao AEE, impactando negativamente sua participação no ensino regular. Além disso, o	- <i>Organização das SRM:</i> As Salas de Recursos Multifuncionais são equipadas com materiais pedagógicos específicos e integram o projeto político-pedagógico da escola. - <i>Planejamento Individualizado:</i> O professor de

				número insuficiente de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) em algumas regiões compromete a capacidade de atender todos os estudantes que necessitam desse serviço. Outro ponto decisivo é a necessidade de apoio de outros profissionais, como profissionais de saúde, que é essencial para atender de maneira adequada as necessidades dos alunos que compõem o público-alvo da Educação Especial (PAEE).	educação especial nas SRM organiza o AEE e planeja atividades adaptadas às necessidades e potencialidades de cada aluno. - <i>Frequência e Duração:</i> O atendimento nas SRM ocorre geralmente uma ou duas vezes por semana, com sessões de cerca de uma hora, realizadas de forma individual ou em grupo, conforme as necessidades dos alunos.
11	Atendimento especializado em esporte adaptado: discutindo a iniciação esportiva sob a ótica da inclusão	Fantacini & Dias (2015)	Conhecer e refletir sobre a organização da educação inclusiva para o atendimento do aluno com deficiência intelectual nos diferentes espaços educacionais na rede municipal de uma cidade de pequeno porte do interior paulista	Os resultados indicaram que é necessário entender como as práticas inclusivas estão sendo realizadas. O estudo concluiu que, embora haja um esforço em direção à inclusão, ainda há desafios significativos, como a necessidade de formação contínua dos professores, a colaboração entre professores de classes comuns e de AEE, e a criação de redes de apoio que incluam a família e profissionais da saúde. Também se observou a importância da gestão escolar no apoio ao processo inclusivo.	- <i>Organização do AEE:</i> atendimentos organizados de acordo com as necessidades pedagógicas dos alunos. - <i>Orientações aos Professores:</i> Professores de classes comuns recebem orientações para adaptar suas práticas educativas. - <i>Adaptações Curriculares:</i> Adaptações curriculares de grande e pequeno porte são essenciais para atender às necessidades individuais dos alunos. - <i>Ensino Colaborativo:</i> Colaboração entre professores de AEE e de classes comuns é destacada como fundamental para o sucesso das práticas inclusivas.
12	Atendimento educacional especializado para alunos com surdocegueira:	Galvão & Miranda (2013)	Analisar e discutir as diferentes formas de Atendimento	Os principais resultados revelam desafios críticos no Atendimento Educacional Especializado (AEE). A ausência de uma	- <i>Variação nas Práticas de AEE:</i> As práticas variam conforme a infraestrutura e os

	um estudo de caso no espaço da escola regular		Educacional Especializado prestadas aos alunos com surdocegueira, matriculados na Educação Básica de escolas regulares da cidade de Salvador-Bahia, apontando aspectos significativos, as barreiras evidenciadas e possibilidades para o atendimento das necessidades especiais desses alunos.	ação planejada tem levado à improvisação e fragmentação das atividades, prejudicando a eficácia do AEE. Além disso, o isolamento entre os profissionais tem resultado em ações pedagógicas desarticuladas entre os professores das salas regulares e os especialistas, comprometendo a integração e o suporte adequado aos alunos. Outro aspecto preocupante é o desconhecimento das necessidades educacionais especiais dos alunos com surdocegueira, o que tem contribuído para a invisibilidade desses estudantes no ambiente escolar, dificultando sua inclusão e participação plena.	recursos disponíveis em cada escola. - <i>Improvisação de Apoio</i> : Escolas improvisaram formas de apoio sem orientação específica para atender alunos com surdocegueira. - <i>Componentes do AEE</i> : Incluía o uso de intérpretes de Libras, adaptação de materiais didáticos, e apoio de estagiários e professores especializados.
--	---	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

4 DISCUSSÃO

A prática do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em escolas de tempo integral, conforme analisada no estudo de Silva e Mendes (2023), revela uma tentativa de integrar as políticas de Educação Especial e Educação Integral na perspectiva inclusiva. No entanto, os resultados apontam para desafios significativos na implementação dessa prática, especialmente no que tange à articulação entre o AEE e o ensino regular. A abordagem colaborativa proposta, embora promissora, ainda enfrenta dificuldades na sua efetivação, como a falta de tempo para planejamento conjunto entre professores e a necessidade de maior formação e suporte para os educadores. Além disso, os autores mencionam que a política de AEE no contraturno se mostra incompatível com o modelo de tempo integral, exigindo adaptações que, na prática, não são plenamente realizadas, resultando em desigualdades no atendimento aos estudantes com necessidades especiais. Assim, apesar da proposta ser teoricamente sólida, na prática, ela necessita de ajustes e maior suporte institucional para realmente garantir a inclusão e a qualidade do ensino para todos os estudantes.

A prática de integração entre a Educação Especial e o Ensino Regular, como descrita no estudo de Mamcasz-Viginheski, Alvaristo e Shimazaki (2023), revela uma importante iniciativa para promover a inclusão de estudantes cegos no ensino de Matemática. No entanto, apesar dos

avanços destacados, como a ampliação das ações pedagógicas e a colaboração entre professores, os resultados do estudo sugerem que ainda existem desafios significativos a serem superados. A dependência de recursos adaptados e a necessidade de uma formação docente mais sólida e contínua são questões críticas que, se não abordadas adequadamente, podem limitar a efetividade dessa integração. Além disso, a falta de atendimento em tempo real às necessidades dos professores de ensino regular, devido à ausência de um professor especializado em cada escola, evidencia uma lacuna na implementação prática da política inclusiva. Embora o estudo de Mamcasz-Viginheski, Alvaristo e Shimazaki (2023) demonstre o potencial positivo dessa interação, fica evidente que, para alcançar uma inclusão verdadeiramente eficaz, é necessário investir em uma infraestrutura mais robusta e na preparação contínua dos educadores, garantindo que as adaptações e o suporte necessários sejam oferecidos de maneira consistente e oportuna.

O estudo de Fantacini e Dias (2015) sobre o AEE para alunos com deficiência intelectual no Ensino Fundamental destaca a importância dessa prática para promover a inclusão, mas também revela algumas lacunas significativas. Embora a organização do AEE siga rigorosamente as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a implementação das práticas inclusivas ainda é incipiente. Um dos principais desafios identificados é a falta de formação contínua e adequada dos professores, tanto dos especialistas quanto dos regentes das classes comuns, o que compromete a efetividade das adaptações curriculares e do ensino colaborativo. Além disso, a dependência de uma rede de apoio que inclui a família e profissionais da saúde, muitas vezes fragmentada e insuficiente, aponta para a necessidade de uma abordagem mais integrada e sistemática. Embora os resultados indiquem avanços, a falta de avaliação mais objetiva do rendimento dos alunos e a resistência à mudança por parte de alguns professores sugerem que o processo de inclusão ainda enfrenta barreiras significativas, exigindo uma revisão crítica das práticas atuais e um investimento mais robusto na formação e na articulação entre todos os atores envolvidos.

A análise de Pasian, Mendes e Cia (2017) sobre a prática do AEE evidencia importantes avanços na inclusão dos alunos do Público-alvo da Educação Especial (PAEE) no sistema educacional regular. No entanto, resultados do estudo destaca sérios desafios estruturais e operacionais que comprometem a efetividade desse atendimento. A insuficiência de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e a dificuldade de oferecer o AEE no contraturno, forçando muitos alunos a escolherem entre o ensino regular e o especializado, indicam uma lacuna significativa entre a política de inclusão e sua implementação prática. Além disso, a dependência do professor de educação especial para planejar e executar atividades

individualizadas, sem o devido suporte de outros profissionais especializados, como os da área de saúde, sugere uma sobrecarga que pode limitar o alcance e a qualidade do ensino oferecido. A falta de materiais adequados e a necessidade de integração mais sólida entre as diferentes áreas de apoio revelam a urgência de um investimento mais robusto e coordenado que contemple as diversas necessidades desses alunos. Assim, embora o AEE represente uma estratégia essencial para a inclusão escolar, os resultados apontam para a necessidade de uma revisão das práticas atuais e de políticas públicas que garantam os recursos e suporte necessários para que o atendimento possa cumprir seu papel de forma plena e eficaz.

Na análise de Santos *et al.* (2021) sobre o AEE nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da rede municipal de Manaus, embora o atendimento seja essencial para a inclusão de alunos com autismo, diversas fragilidades comprometem a eficácia do processo inclusivo. A exigência de laudo clínico para o encaminhamento dos alunos, contrariando diretrizes federais, cria barreiras adicionais ao acesso ao AEE, perpetuando a exclusão dos alunos que mais necessitam de apoio. Além disso, a falta de manutenção e atualização dos recursos pedagógicos e a escassez de formações específicas para os professores destacam deficiências na infraestrutura e na capacitação contínua necessária para lidar com as demandas complexas desses alunos. A articulação limitada entre os professores do AEE e das salas comuns, baseada principalmente em interações informais, compromete a construção de um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde as práticas pedagógicas deveriam ser planejadas de forma colaborativa e integradora. Portanto, apesar dos avanços legais e institucionais, os resultados apontam para a necessidade urgente de melhorias na implementação prática dessas políticas, garantindo que a inclusão não seja apenas um ideal, mas uma realidade tangível e eficaz para todos os alunos com autismo.

A prática do AEE descrita no artigo de Pinto e Amaral (2019) reflete uma evolução significativa na abordagem pedagógica ao integrar conteúdos escolares complexos e significativos no processo de ensino de alunos com deficiência, indo além das atividades fragmentadas e mecânicas inicialmente adotadas. Esse avanço demonstra que uma pedagogia mais rica em termos conceituais e dialógicos pode efetivamente promover o engajamento e o desenvolvimento cognitivo dos alunos. No entanto, o estudo revela que, apesar desses progressos, as mudanças ainda dependem fortemente da formação e do compromisso individual dos professores, além do apoio institucional, que muitas vezes é insuficiente devido à precariedade das condições de trabalho e formação no sistema educacional brasileiro. A prática, embora promissora, evidencia a necessidade de uma reestruturação mais ampla e sistemática que assegure a formação contínua e crítica dos docentes, além de condições adequadas para a

implementação de metodologias que verdadeiramente atendam às necessidades dos alunos com deficiência, evitando a reprodução de práticas excludentes ou superficiais.

No estudo de Seabra Junior e Lacerda (2018) destaca o comprometimento dos professores em adaptar e desenvolver recursos pedagógicos que atendam às necessidades específicas dos alunos nas salas de recursos multifuncionais. No entanto, apesar dos avanços observados, o estudo indica que, embora os professores sigam um fluxograma sistematizado para o desenvolvimento desses recursos, há uma evidente necessidade de maior apoio institucional e formação continuada. A dependência dos professores em suas experiências individuais e no trabalho colaborativo, embora positiva, também pode ser vista como um reflexo da insuficiência de recursos e diretrizes mais claras que poderiam padronizar e melhorar essas práticas. Além disso, a ênfase na "invisibilidade" dos recursos de tecnologia assistiva, enquanto visa normalizar a inclusão, pode, paradoxalmente, negligenciar a importância de celebrar e valorizar as diferenças dos alunos com necessidades especiais. Assim, apesar dos esforços e boas práticas, há uma clara demanda por uma abordagem mais estruturada e menos dependente de iniciativas individuais para garantir que todos os alunos recebam o apoio adequado e que os recursos realmente atendam às suas necessidades diversificadas de forma eficaz e inclusiva.

No estudo de Galvão e Miranda (2013) sobre as práticas de AEE para alunos com surdocegueira revela um cenário preocupante de desarticulação e improvisação. A falta de planejamento adequado e a ausência de uma infraestrutura consistente comprometem a eficácia do atendimento a esses alunos. A fragmentação das ações, aliada ao isolamento dos profissionais e ao desconhecimento das necessidades específicas dos alunos com surdocegueira, resulta em uma inclusão escolar que é apenas nominal, mas não efetiva. A invisibilidade desses alunos no ambiente escolar, apontada nos resultados, é sintomática de um sistema educacional que ainda não consegue integrar plenamente a diversidade. A falta de adaptação dos materiais, a inadequação dos recursos humanos e a ausência de uma abordagem pedagógica inclusiva comprometem o direito desses alunos a uma educação de qualidade. Assim, a prática atual do AEE, ao não considerar a complexidade das necessidades educacionais desses estudantes, falha em promover uma verdadeira inclusão, perpetuando barreiras que deveriam ser superadas por meio de políticas educacionais mais robustas e direcionadas.

Nas práticas utilizadas no AEE, o estudo de Seling *et al.* (2023) destaca a utilização da realidade aumentada (RA) no processo de alfabetização. Para os autores esse recurso representa uma abordagem inovadora e promissora para enriquecer a experiência educacional, especialmente no ensino fundamental. Contudo, a eficácia desta prática parece estar

diretamente relacionada à familiaridade dos alunos com a tecnologia e ao suporte que recebem, tanto em sala de aula quanto em casa. Enquanto alguns alunos demonstraram alto nível de engajamento e benefício, especialmente aqueles já expostos à RA em contextos educacionais anteriores, outros, particularmente no AEE, apresentaram dificuldades tanto no manuseio da tecnologia quanto na compreensão dos conceitos transmitidos. Isso, segundo Seling *et al.* (2023), revela uma disparidade na preparação tecnológica entre os alunos e destaca a necessidade de um planejamento pedagógico mais robusto, que considere as diferentes necessidades e níveis de acesso à tecnologia. Embora os resultados mostrem que a RA pode incentivar a leitura e tornar as aulas mais interativas, a implementação bem-sucedida dessa ferramenta depende de fatores como treinamento adequado dos professores, disponibilidade de recursos tecnológicos e, sobretudo, uma estratégia inclusiva que assegure que todos os alunos possam se beneficiar igualmente dessa tecnologia.

O uso de jogos digitais no AEE para aprimorar o controle inibitório das crianças, conforme explorado por Ramos e Garcia (2019), apresenta-se como uma prática inovadora e promissora, aliando recursos tecnológicos às necessidades educacionais especiais. Entretanto, é categórico ponderar sobre algumas limitações observadas no estudo. Embora os resultados indiquem uma melhora significativa no grupo participante, a amostra utilizada foi relativamente pequena e de curta duração, o que pode limitar a generalização dos resultados. Além disso, o estudo focou-se principalmente nos aspectos cognitivos, sem explorar profundamente o impacto emocional e social das intervenções, que são igualmente importantes no contexto educacional inclusivo. A dependência de intervenções mediadas por pais também pode introduzir variáveis externas, como a qualidade da mediação e o ambiente doméstico, que não foram controladas. Portanto, enquanto os resultados são encorajadores, há a necessidade de estudos mais amplos e aprofundados para validar a eficácia dessas práticas e compreender plenamente suas implicações no desenvolvimento global das crianças atendidas no AEE.

O estudo de Walter, Harnisch e Borella (2020) sobre a prática do AEE para alunos com deficiência visual na Educação Física destaca um esforço significativo para incluir esses estudantes em uma perspectiva de educação inclusiva. No entanto, essa prática aponta para limitações importantes. Primeiramente, o desconhecimento dos professores de Educação Física sobre o papel e as potencialidades do AEE evidencia uma lacuna na formação e no diálogo entre os profissionais do ensino regular e os responsáveis pelo AEE. Essa falta de integração compromete a eficácia das ações inclusivas, uma vez que a ausência de um entendimento claro sobre o AEE impede que seu impacto positivo seja maximizado. Além disso, embora o estudo tenha demonstrado progressão na aprendizagem dos alunos, o fato de eles não participarem de

todas as aulas de Educação Física no ensino regular destaca uma exclusão ainda presente e uma desigualdade no acesso ao currículo completo. Essa realidade sublinha a necessidade de um compromisso mais robusto e coordenado entre os educadores para garantir que as adaptações necessárias sejam feitas não apenas no contraturno, mas também durante as aulas regulares, assegurando que os direitos educacionais dos alunos com deficiência sejam plenamente atendidos.

Por fim, as práticas de AEE descritas no artigo de Neves (2017), que integram atividades artísticas em contextos inclusivos, representam uma abordagem inovadora e essencial para o desenvolvimento cognitivo e social de alunos com deficiências. Ao focar na arte como um meio de estimular a cognição imaginativa e promover a inclusão, essas práticas revelam um potencial significativo para transformar a educação especial. No entanto, Neves (2017) sugere que, embora os resultados sejam promissores, a efetividade dessas práticas depende fortemente da formação contínua dos educadores e da adequação dos recursos disponíveis. A implementação bem-sucedida requer não apenas criatividade e comprometimento, mas também uma infraestrutura que suporte as demandas específicas desses alunos. Além disso, a articulação entre as atividades de AEE e o currículo regular precisa ser fortalecida para garantir que os benefícios cognitivos e sociais sejam plenamente integrados ao processo educativo, evitando que tais atividades sejam percebidas apenas como complementares ou isoladas do ensino tradicional. Portanto, enquanto as práticas relatadas demonstram avanços significativos, a sustentabilidade e a expansão desses resultados dependem de um apoio sistemático e uma reflexão contínua sobre as melhores formas de integrar a arte na educação inclusiva.

As práticas em Atendimento Educacional Especializado (AEE) descritas pelos autores variam em abordagem, mas convergem na intenção de promover a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. Silva e Mendes (2023) mencionam o AEE Colaborativo, onde o atendimento é integrado ao currículo regular e ocorre em parceria com os professores do ensino comum. Seling *et al.* (2023) destacam o uso da realidade aumentada como uma ferramenta para estimular a leitura e facilitar a compreensão de conceitos, especialmente no caso de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Mamcasz-Viginheski, Alvaristo e Shimazaki (2023) enfocam a adaptação de materiais didáticos e a formação de professores para atender estudantes cegos, enquanto Santos *et al.* (2021) apontam o uso de recursos pedagógicos como jogos no computador em salas de recursos multifuncionais (SRM) para alunos com autismo. Walter Harnisch e Borella (2020) relatam a adaptação de conteúdos de Educação Física para alunos com deficiência visual, utilizando métodos como maquetes táteis. Ramos e Garcia (2019) exploram o uso de jogos digitais para aprimorar funções

executivas, como o controle inibitório, em crianças no AEE. Pinto e Amaral (2019) sugerem práticas pedagógicas integradas entre a sala de aula comum e o AEE, enfatizando a necessidade de formação continuada para os docentes. Seabra Junior e Lacerda (2018) discutem a adaptação e confecção de recursos pedagógicos específicos, enquanto Neves (2017) destaca o uso de atividades artísticas para desenvolver a autonomia e a cognição dos alunos. Galvão e Miranda (2013) ressaltam a improvisação e a falta de estrutura organizada nas práticas de AEE para alunos com surdocegueira, evidenciando a necessidade de uma maior articulação e planejamento entre os profissionais envolvidos.

As práticas de AEE, quando bem implementadas, têm o potencial de transformar a experiência educacional dos alunos com necessidades especiais, promovendo não apenas a inclusão, mas também o desenvolvimento integral desses alunos (Walter Harnisch & Borella, 2020; Pinto & Amaral, 2019). No entanto, a falta de uma infraestrutura adequada, de recursos humanos capacitados e de um planejamento pedagógico integrado pode comprometer a eficácia dessas práticas. Portanto, é decisivo que políticas públicas e iniciativas educacionais se concentrem em fornecer suporte contínuo e adaptado às realidades dos alunos e das escolas, garantindo que o AEE contribua efetivamente para a equidade e a inclusão na educação.

Uma vez que, os estudos revisados sobre Atendimento Educacional Especializado (AEE) apresentam um padrão recorrente de desafios relacionados à integração e adaptação das práticas pedagógicas para alunos com necessidades especiais. Silva e Mendes (2023), Seling *et al.* (2023), e Mamcasz-Viginheski, Alvaristo e Shimazaki (2023) destacam a importância da colaboração entre professores de AEE e do ensino regular, assim como a necessidade de recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas para facilitar a inclusão. A interação entre diferentes áreas do conhecimento, como o uso de realidade aumentada, arte e jogos digitais, emerge como uma estratégia eficaz para engajar os alunos e melhorar suas habilidades cognitivas e sociais, conforme os estudos de Seling *et al.* (2023), Neves (2017) e Ramos e Garcia (2019).

Deste modo, apesar dos avanços e inovações, os estudos revisados apontam para lacunas significativas, como a falta de formação continuada e específica dos professores para lidar com as diferentes deficiências (Santos *et al.*, 2021; Fantacini, Dias, 2015). Além disso, há uma carência de planejamento estratégico e de infraestrutura adequada, especialmente para atender alunos com deficiências complexas, como a surdocegueira (Galvão, Miranda, 2013). A ausência de articulação entre os profissionais envolvidos no processo educacional e a invisibilidade das necessidades específicas de alguns alunos indicam a necessidade de uma

abordagem mais estruturada e sistemática para o AEE (Seabra Junior, Lacerda, 2018; Pasian, Mendes, Cia, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo revisou as práticas do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contexto da educação inclusiva no ensino fundamental, identificando os principais desafios e estratégias para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. As análises indicam que, embora o AEE desempenhe um papel decisivo na promoção da equidade educacional, sua efetividade está diretamente ligada à formação continuada dos professores, à disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados e à implementação de práticas colaborativas entre os docentes da educação regular e os especialistas do AEE.

Diversas práticas de AEE foram identificadas nos artigos revisados, evidenciando abordagens diferenciadas que contribuem para a inclusão educacional. Silva e Mendes (2023) destacaram o AEE Colaborativo. Seling et al. (2023) exploraram o uso da Realidade Aumentada como ferramenta para facilitar a alfabetização e o engajamento dos alunos, enquanto Mamcasz-Viginheski, Alvaristo e Shimazaki (2023) enfatizaram a importância da adaptação de materiais didáticos para estudantes cegos. Santos et al. (2021) abordaram o uso de recursos pedagógicos específicos, como jogos no computador, para alunos com autismo, e Walter, Harnisch e Borella (2020) discutiram as adaptações necessárias na Educação Física para alunos com deficiência visual. Esses estudos demonstram que, quando bem implementadas, as práticas de AEE têm o potencial de transformar a experiência educacional dos alunos com necessidades especiais.

Por isso, os resultados evidenciam que a integração bem-sucedida do AEE depende de um planejamento pedagógico estruturado, que considere as particularidades de cada aluno e que seja sustentado por uma infraestrutura adequada. Além disso, destaca-se a importância de superar as barreiras existentes, como a falta de recursos e o desconhecimento das potencialidades do AEE por parte dos professores da educação regular, para que a inclusão escolar seja uma realidade tangível.

Observou-se, também, que práticas inovadoras, como o uso de tecnologias assistivas e metodologias diferenciadas, são promissoras, mas ainda enfrentam desafios de implementação, especialmente em contextos onde o suporte institucional é limitado. Para que o AEE cumpra plenamente seu papel, é essencial que as políticas públicas sejam revisadas e aprimoradas, garantindo formação adequada, recursos suficientes e um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo.

A revisão de literatura focou-se em estudos publicados nos últimos dez anos, sendo portanto, algumas limitações desse estudo, uma vez que pode ter excluído importantes contribuições anteriores sobre o tema. Além disso, a análise se concentrou em artigos publicados em português, o que limita a abrangência internacional das conclusões. Sugere-se que futuras pesquisas explorem uma gama mais ampla de fontes, incluindo estudos internacionais e publicações em outros idiomas, além de realizar investigações empíricas que possam validar e expandir as práticas identificadas como eficazes no contexto do AEE.

Assim, este estudo oferece uma contribuição relevante para a compreensão das práticas de AEE no ensino fundamental, mas reforça a necessidade de pesquisas contínuas e mais abrangentes para assegurar que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite e valorize a diversidade.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BUENO, J. G. S. **A escolarização de alunos com necessidades educacionais especiais no Brasil: situação atual e desafios**. In: CUNHA, Maria Amélia; MELLO, Adriana Mendes de (Orgs.). **Necessidades educacionais especiais e aprendizagem**. São Paulo: Ed. Unesp, 2006. p. 127-154.

FANTACINI, R. A. F.; DIAS, T. R. DA S. Professores do Atendimento Educacional Especializado e a Organização do Ensino para o Aluno com Deficiência Intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 21, n. 1, p. 57–74, jan. 2015.

GALVÃO, N. DE C. S. S.; MIRANDA, T. G. Atendimento educacional especializado para alunos com surdocegueira: um estudo de caso no espaço da escola regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 1, p. 43–60, jan. 2013.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2010.

MAMCASZ-VIGINHESKI, L. V.; ALVARISTO, E. DE F.; SHIMAZAKI, E. M. Interação entre Educação Especial e Ensino Regular: ações pedagógicas a estudantes cegos. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 29, p. e23008, 2023.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

NEVES, L. R. Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e à Inclusão Escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 4, p. 489–504, out. 2017.

PASIAN, M. S.; MENDES, E. G.; CIA, F. Aspectos da organização e funcionamento do Atendimento Educacional Especializado: Um estudo em larga escala. **Educação em Revista**, v. 33, p. e155866, 2017.

PINTO, G. U.; AMARAL, M. H. Formação docente continuada e práticas de ensino no atendimento educacional especializado. **Pro-Posições**, v. 30, p. e20180032, 2019.

RAMOS, D. K.; GARCIA, F. A. Jogos Digitais e Aprimoramento do Controle Inibitório: um Estudo com Crianças do Atendimento Educacional Especializado. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 1, p. 37–54, jan. 2019.

SANTOS, J. O. L. et al. O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 99–119, jan. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEABRA JUNIOR, M. O.; LACERDA, L. C. Z. D.. Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. e230016, 2018.

SELING, D. R. F. et al. Realidade aumentada e alfabetização: um estudo exploratório no ensino regular e no atendimento educacional especializado. **Revista Iberoamericana de Tecnología en Educación y Educación en Tecnología**, La Plata, n. 34, p. 127-135, 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, A. S. G.; MENDES, E. G. **Atendimento Educacional Especializado em escolas de tempo integral**. SciELO Preprints, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7704. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7704>. Acesso em: 15 aug. 2024.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

WALTER, L. W.; HARNISCH, G. S.; BORELLA, D. R. Atendimento Educacional Especializado envolvendo alunos com deficiência visual na educação física escolar. **Movimento**, v. 26, p. e26020, 2020.